

**A FRONTEIRA COMO DISPOSITIVO DE PODER, DE CONTROLE E DE
IDENTIDADE
(CONSIDERAÇÕES INICIAIS)**

**LA FRONTERA COMO DISPOSITIVO DEL PODER, Y CONTROL DE IDENTIDAD
(CONSIDERACIONES INICIALES)**

Jones Dari **GOETTERT***

As Nações já tinham casa, máquina de fazer pano,
de fazer enxada, fuzil etc.
Foi uma criançada mexeu na tampa do vento
Isso que destelhou as Nações.
(Manoel de Barros, *Arranjos para assobio*, 1980)

Introdução

Nosso principal objetivo aqui é discorrer sobre a ideia de fronteira como um dispositivo de poder, de controle e de identidade . A *disposição* das fronteiras nacionais no Mundo Moderno é a expressão dos poderes, dos controles e das identidades “armados” e “armadas” em processos de subjetivação e de objetivação, no movimento simultâneo de constituição do Modo de Produção Capitalista e de formação dos Estado-nações.

A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade acaba por fazer parte, então, de nossas produções imagéticas e representacionais. A partir de um pequeno conjunto de imagens (dispostas no ponto 3) sugerimos que os processos de subjetivação/objetivação (morais, éticos, estéticos, políticos e ideológicos) tem o poder, ao criar as próprias imagens e representações, de *fazer ver e fazer crer para se fazer valer como expressão do próprio real*, a tal ponto de *fazer* “natural” o que é apenas *humano, demasiado humano*.

E, como parte de seus *usos e abusos*, a fronteira também pode participar de situações de *dispositivo* as mais insólitas, distantes ou próximas da fronteira. Ao apresentarmos, ao final, duas pequenas *narrativas* e uma *camiseta de fronteira*, também sugerimos que *a fronteira* não apenas *dispõe* ou *se dispõe* como poder, controle e identidade de imposição, mas que também a própria fronteira é reinventada, re-imaginada e revivida, passando, mesmo que intermitentemente, da condição de *dispositivo* para a condição de *disposição* para *usos e abusos* nem sempre próximos a sua condição dominante.

* Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail jonesdari@hotmail.com

A fronteira como dispositivo

A ideia de fronteira como um *dispositivo* de poder¹, de controle e de identidade nos é sugerida, diretamente, por Nicos Poulantzas (1990) e, indiretamente, por Michel Foucault (1996; 2008; 2008b) e Giorgio Agamben (2009). Correlata é a condição de dispositivo atribuída ao Estado-nação, que, na configuração temporal/espacial do Modo de Produção Capitalista em seu conjunto, define-se como a “geometria” hegemônica de poder, de controle e de identidade do Mundo Moderno, fundada sobre sua “auto-racionalidade”, a “razão de Estado” (“O Estado é, portanto, um esquema de inteligibilidade de todo um conjunto de instituições já estabelecidas, de todo um conjunto de realidades já dadas” [FOUCAULT, 2008, p. 385]).

Nicos Poulantzas (1990, p. 113) aponta que as fronteiras são “dispositivos de organização do espaço social” (como as cidades, a urbanização, as comunicações, o aparelho e a estratégia militar). Pela *disposição* das fronteiras todo um *espaço social* é delimitado, geometrizado, temporalizado, historicizado, matematizado, espacializado, geografizado, ordenado e organizado como condição para o exercício do poder de Estado. O poder do Estado, assegurado por uma miríade de micro-poderes, como asseverou Michel Foucault (1996), passa a definir-se, a partir sobretudo do século XVIII, como condição de “governamentalidade”, isto é, o governo tanto das coisas e das relações dadas pela materialidade como àquelas dadas pela imaterialidade, pelo pensamento, pela mentalidade, pelas ideias. Como dispositivo de organização do espaço social as fronteiras assumem a condição de contornamento da organização do espaço material (econômico, militar, infra-estrutural...) e do espaço imaterial (ideias, pertencimento, mitos de origem e de destino, imaginário, identidade...). As fronteiras delimitam, portanto, a organização do espaço em um recorte e ordenamento (nacional) circunscritos em uma produção dada por uma “tecnoesfera” e por uma “psicoesfera” (em aproximação a Milton Santos, 2004).

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnoesfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicoesfera. A tecnoesfera se adapta aos **mandamentos da produção e do intercâmbio** e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da **produção de um sentido**, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnoesfera e psicoesfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, 2004, p. 254-255 [grifos nossos em negrito]).

Contornadoras territoriais do Estado-nação moderno, as fronteiras delimitam a atuação tanto dos *mandamentos da produção e do intercâmbio* (dados pela tecnoesfera) como da

¹ Sobre mecanismos de poder e dispositivos de segurança: “[...] o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder” (FOUCAULT, 2008).

produção de um sentido de identidade ou de pertencimento (dada pela psicosfera), ambos, marcados pela hegemonia do nacional. A relação entre fronteiras, Estado, Nação e Povo é, portanto, direta: poder e controle costumam ziguezagueando os “compromissos nacionais” em torno do desenvolvimento sócio-econômico e da “naturalização” da condição identitária de pertencimento à Nação, construindo a pretensa convergência entre interesses econômicos e políticos nacionais e interesses materiais e passionais de cada membro pertencente à dada nacionalidade. A ideia de Nação como “semióforo” (um sinal de marcação, de distinção e por isso também de identificação), sugerida por Marilena Chaui (2000, p. 11 e seguintes) é, nesse sentido, emblemática:

Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar **efeitos de significação**. [...] Embora um semióforo seja algo retirado do circuito da utilidade e esteja encarregado de simbolizar o invisível dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social (CHAUI, 2000, p. 12 e 13 [grifo nosso em negrito]).

A dominação de um *meio social* é correlata à ideia de Nicos Poulantzas de *organização do espaço social*. Como dominação e organização, o Estado-nação e sua configuração territorial delimitada por suas fronteiras dissemina em psicosfera e em semióforo a ideologia da defesa dos interesses, da integração, da harmonia, da festa, da alegria, da dança, da música, do folclore, das cores, do esporte, da força, da língua, da educação, da história, do território, dos jeitos e trejeitos nacionais. A unidade nacional é, assim, “arredondada” em um espaço de dentro fazendo com que tudo o que seja o fora ou de fora participe como contrastante e, por isso mesmo, como o outro do Estado, da Nação e do Povo nacionais.

Um dos mais poderosos *efeitos de significação* produzido e disseminado no Mundo Moderno a partir da delimitação das fronteiras nacionais, como *produção de um sentido* de pertencimento (portanto do *estar dentro* em detrimento do *ficar fora*), foi e é o mapa nacional. Não é de se estranhar, portanto, que o mapa nacional seja a primeira imagem sobre a qual investimos o poder de marcação entre o pertencimento e o não pertencimento a um território, entre o que *nos pertence* e o que *não pertence ao outro*. *Aqui é o meio país, aqui é onde eu moro*, são expressões que seguem o dedo indicador por sobre os mapas nacionais e até mundiais. O contorno territorial marcado pelo mapa se constitui como uma imagem poderosa na definição de nosso lugar no mundo, de dizer, por exemplo, que *Aqui é o Brasil*².

Benedict Anderson (2008) é categórico ao afirmar que o mapa teve papel importante na produção das “comunidades imaginadas” nacionais, modelando a imaginação do Estado, da Nação e dos Povos “nacionais” em formação. Em análise do papel do mapa no Sudeste Asiático, Anderson ressalta a passagem dos mapas cosmográficos para os “mapas históricos” e para os “mapa[s]-como-logo”. Se os mapas cosmográficos serviam para “a jornada em busca do mérito e

² O mapa, como o conhecemos atualmente, é bastante recente; até então, no Mundo Medieval, o imaginário “europeu-ocidental” se prendia à concepção de mundo dividido entre Céu, Terra e Inferno. A nova Geografia-Cartografia produzida com o Modo de Produção Capitalista foi definidora da passagem dos mapas “TOs” para os mapas com base em Mercator (cf. SANTOS, Douglas, 2002).

da salvação”, os mapas históricos buscavam definir uma “narrativa político-biográfico” do espaço em dominação, enquanto os “mapa-como-logo” ingressaram “numa série que podia ser reproduzida ao infinito, podendo ser transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas e manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis”. Nesse sentido, continua o autor, “Imediatamente identificável, visível por toda parte, o mapa-logo penetrou fundo na imaginação popular, formando um poderoso emblema para os nacionalismos anticoloniais que vinham nascendo” (no Sudeste Asiático); a relação entre mapa e poder passava a ser evidente (ANDERSON, 2008, p. 239-242).

As Nações inventadas (cf. HOBBSAWM, 1990; HOBBSAWM & RANGER, 1997) passam, com o forte sentido atribuído pelo mapa, a serem imaginadas “material-territorialmente”, para, com força total a partir dos processos revolucionários (como na Inglaterra de 1688 e na França de 1789), de independência (como nos Estados Unidos em 1776, no Paraguai em 1811 e no Brasil em 1822), de consolidação (como as unificações alemã e italiana em 1971) e de descolonização (como na Índia em 1947, na Argélia em 1962 e em Moçambique em 1975), a serem também vividas, transformando os cotidianos os mais diversos na expressão dos cotidianos nacionais. O poder, o controle e a identidade nacionais tornam-se expressão de um mundo ao mesmo tempo “globalizado” e “fraturado”, que, em aproximadamente três séculos, se constituiu em um dos mais poderosos processos de “naturalização” das relações humanas, semelhante e até mais avassaladora do que à da ligação (religião) entre Mulheres e Homens e Deus, agora marcada pela sagração-ligação (re[li]gião) entre Mulheres e Homens (Povo) e Nação.

O mapa nacional – outro dispositivo de poder, controle e identidade como a fronteira e o Estado-nação – “amealhou” a condição de ícone identitário a todo sujeito agora preso a *ser nacional*. O mapa nacional teve papel fundamental na produção do imaginário nacional, contribuindo com outros micro-semióforos para a transformação do *espírito nacional em uma realidade palpável* (em aproximação à ideia de D.H. Lawrence de que “o espírito do lugar é uma realidade palpável” [apud COSGROVE, 2000, p. 38]). O próprio Denis Cosgrove (2000, p. 50), citando Kearney, salientou que “As nações, como todos os outros grupos culturais, usam o ‘imaginário social como memória ideológica de atos fundamentais sagrados [...] para integrar e legitimar a ordem social’”.

O mapa é parte do imaginário social de toda Nação moderna, a cartografia de seu território linearmente marcada pelos traços fronteiros, figurando como marca identitária profunda, ao passo de cada *cidadão nacional* saber a marcação dos traços do mapa da Nação à qual pertence como imagem poderosa de identificação e pertencimento, e simultaneamente não ter a mínima ou mesmo pouca noção sobre outros perfis cartográficos nacionais.



As duas imagens acima representando perfis de territórios nacionais podem ter significados nulos para quem desconhece seus atributos de identidade e pertencimento, isto é, de seus *imaginários cartográficos*. As mesmas imagens podem ter significados distintos a depender de quem as observa, definindo aproximação a uma e estranhamento à outra. Em ambas, contudo, a representação gráfica é expressão de certa estética das Nações dispostas em perfil, em linhas das fronteiras que também definem-se, conseqüentemente, em contornos morais e éticos. A estética, a *moral* e a ética de toda Nação se desdobram na arrumação global das Nações, também marcadas pelos olhares e imagens que são produzidos com base nas relações de força e de poder, políticas, econômicas, religiosas, culturais, simbólicas e imaginárias.

É ali, no interior das linhas fronteiriças demarcatórias e limitativas do “mapa” do Estado-nação, que as materialidades e imaterialidades nacionais se definem, podendo, inclusive, transbordar os limites ao ponto de suscitar questões *internacionais*. No seu interior, contudo, todos os seres são marcados pela condição nacional e, portanto, sob a égide do poder, do controle e da identidade do Estado-nação:

[...] o povo-nação do Estado capitalista é o ponto de convergência de um espaço cujas fronteiras são os contornos pertinentes das tomadas de poder materiais e de seus sustentáculos. A cadeia segmentada desses elos individualizados esboça o interior do território nacional como decupagem estatal do exercício do poder. [...] O Estado capitalista estabelece as fronteiras ao constituir o que está dentro, o povo nação [e também, simultaneamente, o que está fora], quando homogeneiza o antes e o depois do conteúdo desse enclave. A unidade nacional, a nação moderna, torna-se assim a historicidade de um território e territorialização de uma história, em suma a tradição nacional de um território materializado no Estado-nação: as balizas do território tornam-se referenciais da história traçadas no Estado (POULANTZAS, 1990).

Aceitamos a estética e a ética nacionais praticamente de forma incontestável. O Estado-nação, munido de poderes dispostos a partir de sua própria armação, torna-se dispositivo de vigilância e punição como à reprodução de um grande Panóptico, tornando *dóceis* o corpo e a

mente. Já no século XVIII, como apontou Michel Foucault (2008b), a relação entre corpo e docilidade

[...] implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de ‘disciplinas’”.

Foucault (2008b) então insiste sobre a regra das “localizações funcionais”, codificando “um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, mas de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”. De alguma maneira, as fronteiras nacionais definem uma *localização funcional* ampla, aquela da função (e da razão) do Estado de vigiar, punir, disciplinar e ao mesmo tempo impedir qualquer *comunicação perigosa*, produzindo, assim, o que podemos definir como “docilidade automática” como parte do espaço nacional:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos... (FOUCAULT, 2008b).

Em um “Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição” (FOUCAULT, 2008b). Correlata à essa ideia geral, é possível aludir à perspectiva de ação e de atuação do Estado-nação sobre o território nacional através da soberania, que “[...] se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (a disciplina e a segurança só podem lidar com multiplicidades) (FOUCAULT, 2008). Pois,

[a partir de texto de La Perrière] [...] essas coisas de que o governo deve se encarregar [...] são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade (FOUCAULT, 2008).

Para Michel Foucault (1996, p. 157), “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.

Perguntado sobre se “o saber geográfico não traz consigo o círculo da fronteira, seja nacional, provincial ou municipal. E portanto se às figuras de enclausuramento, que você [Michel Foucault] assinalou – louco, delinquente, doente, proletário – não se deve acrescentar a do cidadão soldado. O espaço do enclausuramento não seria então infinitamente mais vasto e menos estanque?”, a resposta foi enfática sobre a projeção dos nacionalismos: “É uma idéia bastante sedutora. E este seria o homem das nacionalidades? Pois este discurso geográfico que justifica as fronteiras é o do discurso do nacionalismo” (FOUCAULT, 1996, p. 161). O *discurso do nacionalismo* e, mais simplesmente, o discurso do nacional, da nacionalidade, do país natal ou do *país em que nasci*, é parte do dispositivo da linguagem do Estado-nação, da Nação e, portanto, encapsulado como dispositivo de fronteira – de poder, de controle e de identidade.

Partindo das análises de Michel Foucault, Giorgio Agamben (2009, p. 29) sintetizou em três pontos a definição de *dispositivo*:

- a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa ou mesmo título: discurso, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.

Calcado na ideia de “positivité” (*positividade*) de Hean Hyppolite, Foucault, segundo Giorgio Agamben (2009, p. 29 e seguintes), pensara o dispositivo como uma condição de “religião positiva” como a sustentada por Hegel, implicando “sentimentos que vêm impressos nas almas por meio de uma coerção e comportamentos que são o resultado de uma relação de comando e de obediência e que são cumpridos sem um interesse direto” (Hegel em citação de Hyppolite, *apud* AGAMBEN, 2009, p. 31).

Os dispositivos – qualquer dispositivo – participariam de diferentes processos de subjetivação, ao mesmo tempo em que se sustentariam como parte de uma herança teológica, portanto, religiosa, de ligação, a partir de uma *religião*:

Os “dispositivos” de que fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (AGAMBEN, 2009, p. 38).

Em síntese, Giorgio Agamben assim define dispositivo:

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos,

as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez seja o mais antigo dos dispositivos... (AGAMBEN, 2009, p. 41).

A fronteira *captura, orienta, determina, intercepta, modela, controla e assegura gestos, condutas, opiniões e discursos*. Obviamente que não é a fronteira *em si*, ela mesma, *em sujeito*, que captura, orienta... mas, ao contrário, é o território subjetivado, “dividido ao meio” como processo político, geopolítico e de subjetivação/objetivação, o regulador de uma fronteira *para si*, isto é, inventada, imaginada mas fundamentalmente vivida como dispositivo condicionante de um jeito de falar, de ouvir, de olhar, de sentir, de se portar, de comprar, de vender, de andar, de definir-se a si e ao outro, como algumas das múltiplas repartições típicas de fronteira.

Como dispositivo, *dispomos* da fronteira como condição física e moral de divisão, de separação, e que, mesmo que também se faça como território de encontro, se projeta, em última instância, como definidor da condição de pertencimento/não pertencimento e, por isso, de inclusão/exclusão, de aproximação/estranhamento e, no extremo, de controle e vigilância tais que o corpo estranho que se vê alijado de qualquer garantia de ficar.

Poder simbólico, imagens e representações

Toda fronteira (aqui, sobretudo, as nacionais) é parte de um “poder simbólico” que faz emanar em todo ato de enunciação imagens e representações como produto, produção e reprodução de uma “di-visão”, isto é, participantes das lutas pelo poder de inventar, classificar, nomear, definir, imaginar, representar e, fundamentalmente, de viver, fazendo da fronteira um lugar “palpável” material e simbolicamente.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular de lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, por este meio, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo. [...] *Regere fines*, o acto que consiste em “traçar as fronteiras em linhas rectas”, em separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de

regere sacra, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobreviver o porvir enunciado. A *régio* e as suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. [...] A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que reúne... [...] A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta... (BOURDIEU, 1998, p. 113-115).

Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Sequência de imagens 7 a 14
(Vídeo “Primeiro carro paraguaio”)

Imagem 7



Imagem 8



Imagem 9



Imagem 10



Imagem 11

Imagem 12



Imagem 13



Imagem 14



A imagem 3 é emblemática de como a *di-visão* territorial mundial em Estado-nações, marcada pelas fronteiras *internacionais*, é também passível de representação do *de dentro* (o nacional) e do *de fora* (o estrangeiro) como a produção-reprodução da clivagem “sagrada” entre “ovelhas brancas puras” e “ovelha negra indesejada”. De um lado, a harmonia, a “paz social”; de outro, a insegurança.

O “Partido do Povo Suíço” ou a “União Democrática do Centro” (“Schweizerische Volkspartei”) são expressão do forte papel que as fronteiras representam em todos os lugares, repartindo os espaços, os tempos e as gentes em condição de pertencer e de não pertencer. No extremo, também reproduzem a histórica *di-visão* criada pela Europa entre Ocidente e Oriente, definida por Edward W. Said (2007) como “Orientalismo” (“A invenção do Oriente pelo Ocidente” – em uma “geografia imaginativa ocidental”). Ao inventar e ao imaginar-se como centro do Mundo, a Europa, principal definidora das fronteiras *internacionais* modernas (no “Terceiro Mundo”, 17,2% das fronteiras foram traçadas pelos franceses e 21,5% pelos ingleses [cf. COSTA, 2008, p. 284]), também vive as fronteiras como um cercamento invertido, ou seja, os *de dentro* podem sair e entrar, mas os *de fora*, dentro, devem sair, e os *de fora*, estrangeiros-estranhos, não podem entrar.

As imagens 4, 5 e 6 são ilustrativas de como o “espaço natural” é alçado a *di-visões* e fragmentações territoriais, discursivas e imagéticas, pretensamente neutras, naturalizadas. A marcação cartográfica da América do Sul em Estado-nações é exemplo do rompimento radical da concepção determinista da relação natural entre Solo, Estado, Nação e Povo. No Brasil, por exemplo, o “verdeamarelismo”, ilustrativo das cores da Bandeira Nacional, como acentuado por

Marilena Chaui (2000, p. 31 e seguintes), é parte da construção da Nação como semióforo embasada na relação “orgânica” entre Deus e Natureza.

Mas, se nas imagens 4 e 5 as representações da América do Sul são quase que “naturalizadas” seja pelo espaço físico, seja pelos territórios nacionais, a imagem 6 é reveladora da disposição de representações de *fazer ver e fazer crer* para, assim, *dar a conhecer e dar a reconhecer* como uma *definição legítima das divisões do mundo social*. Na “Visão do Brasil segundo os gaúchos, tchê” (aqui não estamos nem considerando a imagem como uma expressão oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul e muito menos como a representação dominante da população daquele Estado, mas, ao contrário, como uma certa brincadeira e piada como daquelas em que o “apelido pega”), a América do Sul segue a divisão *internacional* da imagem 5, mas agora é toda marcada por cargas “pitorescas” que classificam tanto os territórios e gentes *de dentro* como os *de fora*.

Já as imagens 7 a 14, recortadas do pequeno vídeo “Primeiro carro paraguaio”, são ilustrativas de como dispomos de uma arsenal “criativo” para representar não apenas um “carro paraguaio”, mas, em desdobramento, todos os produtos originários no Paraguai, fundamentalmente aqueles provenientes dos estabelecimentos de comércio de reexportação. As imagens cortadas (ou as do vídeo em movimento), obviamente, podem e devem fazer “chorar de tanto rir”, no entanto, não deixa de ser ilustrativo de como a nossa relação com o Paraguai é, de alguma forma, marcada pela “necessidade” de produção e reprodução de estereótipos e, no extremo, de estigmas, que de alguma forma podem resvalar dos produtos para as gentes paraguaias (o que, aliás, de certa maneira, já produzimos, como na ideia de “cavalo paraguaio” para aquele que, em qualquer competição, sai na frente mas despenca depois).

Duas narrativas e uma “camiseta de fronteira” (considerações finais)

Narrativa 1

Uma jovem de Ponta Porã migra para Londrina para cursar a faculdade. Nas primeiras conversas com colegas (muitos deles londrinenses, mas muitos também de outros lugares) dizia sem titubear que é de Ponta Porã, da fronteira. Não poucas vezes, porém, ouvia comentários depreciativos da fronteira e de gentes de lá, ao ponto de fazê-la dizer apenas que era “sul-mato-grossense, de Dourados”. “É melhor assim”, pensava: ao disfarçar sobre a sua cidade natal neutralizava os comentários e mantinha íntegras as imagens de colegas sobre seu lugar de origem, “Dourados”... Mas um sentimento estranho, de ressentimento, se fazia presente, mesmo oculto.

Semanas e meses depois, já mais disposta a circular pela universidade e pela cidade, passou a encontrar ou a conhecer outros estudantes de Ponta Porã ou de cidades da fronteira, do Mato Grosso do Sul. Praticamente todos eles tinham ouvido comentários depreciativos sobre a fronteira, e calavam-se ou “mudavam-se” de lugar. Começaram a se reunir com mais frequência e os laços construídos fizeram com que perdessem o medo de falar de suas cidades. Mais que isso, passaram a se definir como “gente da fronteira”, fortalecidos por certa “irmandade” que iam construindo.

A condição de fronteirões agora mudava de patamar: de característica pejorativa, o grupo se recriava através de uma condição singular, portadores de uma multiplicidade, diziam eles, só

possível como *ser de fronteira*. Até expressões em espanhol, portunhol e guarani passaram a ser reproduzidos como marcadores de identidade e, portanto, de diferença em relação aos outros. *Fronteiriços*, que sem nenhum tipo de constrangimento, contradição ou ambiguidade, ao final e ao cabo também dizem: “Sou fronteiriço, mas do lado do Brasil”.

Narrativa 2

Um empregado de uma empresa de cobrança contou que estão usando uma tática interessante para fazer com que os devedores saldem suas dívidas: os cobradores dizem que a empresa é de Ponta Porã, da fronteira. E deu um exemplo a partir de um caso em que teve que ligar para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para cobrar um devedor gaúcho:

– *Liguei pro homem e disse que era do serviço de cobrança da dívida dele com a empresa tal. Ele logo foi dizendo que não ia pagar e que era pra esquecer aquilo, e que já haviam enchido demais o saco dele. Então eu disse que a empresa de mudança era outra, e que a dívida devia ser paga. O gaúcho parecia brabo e nervoso, e novamente reafirmou que não pagaria de jeito nenhum. Então apelei dizendo que eu falava da cidade de Ponta Porã! O gaúcho se assustou: ‘De Ponta Porã, da fronteira?’ Respondi que sim, da fronteira, perto do Paraguai e da Bolívia. Ele me pediu pra mandar uma nova fatura via internet, e mais um ‘prazinho’ (foi assim que ele disse) de três dias, e que eu não precisava ficar preocupado que pagaria de uma vez só... Três dias depois o dinheiro caiu na conta da empresa.*

Uma camiseta

Copa do Mundo de 2010. Entre lojas e lojinhas de mercadorias próximas e sobre a Linha Internacional entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul – Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambai – Paraguai), uma camiseta.

Imagem 15



*

A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade marca os nossos jeitos de pensar e agir no Mundo Moderno. Mas, se por um lado a fronteira é manifestação da ação e razão de Estado e do Mercado, por outro é elemento central de existência para quem nela habita, se inventa, se imagina e faz dela um *espaço vivido* em um movimento simultâneo de atravessar a fronteira e de ser atravessado por ela.

Toda fronteira resulta de relações humanas, mas também relações humanas são reinventadas, re-imaginadas e revividas em condição de fronteira. Poderes, controles e identidades, por isso, *se movimentam* nessas relações e condição de fronteira podendo, não raras vezes, ser tomados de assalto em contra-poderes, anti-controles e “desidentidades”, desarrumando a armação socioespacial sustentada em “cada macaco no seu galho”.

Um dos mais emblemáticos aspectos da fronteira é o de como fomos e somos capazes de tê-la como dada, como se estivesse ali *ad aeternum* – aliás, elemento de sustentação de sua condição de dispositivo de poder, de controle e de identidade. Por outro lado, não é descabido afirmar que toda fronteira também desliza sobre um conjunto de outras fronteiras, elas mesmas igualmente em constante movimento. Pois, então, quais são *as fronteiras da fronteira*? A condição de fronteira construída como processos de subjetivação e de objetivação talvez seja aquela dada pela *sensação* de *incômodo* ou a de *conformação*: na primeira, o estranhamento pela condição instável do nem *estar cá* e nem *estar lá*, no qual nossos jeitos e trejeitos são denunciadores de não pertencimento, de fora, de longe da fronteira; e, na segunda, em jeitos e trejeitos que nos conformam à fronteira de tal modo que a instabilidade se manifesta quando não estamos nela. A fronteira, além da produção de *seus* nacionais e estrangeiros e de *seus* fronteiriços e não-fronteiriços, em subjetividades e objetividades, também participa do que Thiago Rodrigues Carvalho (2010) definiu por “*processos de fronteiramentos*”. Segundo ele:

A fronteira como construção em permanente desenvolvimento deveria de ser uma palavra conjugada no gerúndio: *fronteirando*. O movimento que atribui sucessivas significações às fronteiras constituem *processos de fronteiramentos*. São significados atribuídos ao fenômeno/conceito, a fim de fazer valer uma acepção motivadora, da relação de quem julga a manifestação, inteligível e total em sua relação com ele. São construções que também participam da trama de constante re-construção/identificação do fenômeno/conceito, não o esgotando, apenas elencando alguns de seus dispositivos e os usando em suas estratégias de consumação territorial. [...] Os *processos de fronteiramento* na formação, consolidação e constituição do fenômeno territorial fronteira, são estratégias políticas de apropriação dos poderes espacializados nas frentes do fenômeno fronteira. Frentes manifestas de forças que tencionam diversas formas de encontros, desencontros, dispersão e expansão ou fechamento e choques, disputas e transgressões, ou até mesmo, conexões integradoras (legais e ilegais), contiguidades e permeabilidades, que estão em constante estado de manifestação, pelo território que se adensa em incomensuráveis territorialidades de produção e reprodução de relações de poder. (CARVALHO, 2010, p. 85-86).

Há jeitos e mais jeitos de inventar, imaginar e viver a fronteira. E há outros tantos jeitos de “desinventá-la”, de “desimaginá-la” e de “desvivê-la”. Por vezes, mesmo que instantaneamente, é preciso que ponhamos a fronteira e as nações que a sustentam em seus *devidos lugares*, como o fez Manoel de Barros: “As Nações já tinham casa, máquina de fazer pano, de fazer enxada, fuzil etc./Foi uma criançada mexeu na tampa do vento/Isso que destelhou as Nações”. Às vezes, é preciso e necessário *ser criança* para poder *mexer na tampa do vento*.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARROS, Manoel de. Aranjões para assobio. In: _____. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2010, pp. 167-194.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira**. Dissertação. Dourados: PPGG-UFGD, 2010.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSGROVE, Denis. Mundos de significados: Geografia Cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUREJ, 2000, pp. 33-60.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Vigiar e punir**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.
- HOBBSBAWM, Eric. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: EdUNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

Fontes das imagens

Imagem 1

<http://fernandagonzalezalmeida.blogspot.com/> (acessado em 15/05/2011)

Imagem 2

<http://www.pixmac.com.br/picture/paraguai+mapa+silver+3d/000042070433> (acessado em 15/05/2011)

Imagem 3

<http://www.dignow.org/post/a-onda-de-nacionalismo-do-partido-do-povo-da-su%C3%AD%C3%A7a-628670-47959.html> (acessado em 20/05/2011)

Imagem 4

http://www.geografiaparatodos.com.br/img/mapas_fisicos/america_do_sul_fisico.jpg (acessado em 16/05/2011)

Imagem 5

<http://www.brasilecola.com/geografia/america-sul.htm> (acessado em 16/05/2011)

Imagem 6

<http://backes88.blogspot.com/2008/07/viso-mope-gacha.html> (acessado em 16/05/2011)

Imagens 7 a 14

<http://www.youtube.com/watch?v=apVUFu4r1o> (acessado em 14/06/2011)

Imagem 15

Foto produzida por Jones Dari Goettert (2010)

Agradeço imensamente a leitura, os apontamentos e as sugestões de Thiago Rodrigues Carvalho (Mestre em Geografia pelo PPGG-UFGD e professor temporário da UEMS).